

# JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano IV - Nº 627 - Brasília, quarta-feira, 28 de janeiro de 1998



## ACM: votações projetam instituição

"Senado tem agido com prudência, competência e habilidade", avalia o presidente do Senado. Página 3

O plenário lotado assegurou quorum para a votação de diversos projetos. ACM ficou satisfeito com o resultado



# Plenário considera prejudicados artigos sobre aposentadoria de juiz

*Em um dia de muitas decisões, Senado também aprova regime funcional próprio dos militares, regulamentação do serviço voluntário, crédito para recuperação de rodovias e programação monetária do primeiro trimestre de 1998*

## Comissão acolhe parecer sobre rádio comunitária

Emissoras sem donos, que terão como objetivo discutir problemas da comunidade, poderão ser legalizadas. A Comissão de Educação aprovou ontem projeto de lei que institui o serviço de radiodifusão comunitária. Página 6



O Senado considerou ontem preliminarmente prejudicados dois artigos da reforma administrativa que possibilitavam aposentadorias especiais para juízes. Em segundo turno, o plenário aprovou a emenda constitucional que prevê regime funcional próprio dos militares. Outra matéria acolhida ontem foi o projeto de lei que disciplina o serviço voluntário. Foi autorizada uma operação de crédito externo para recuperar rodovias e aprovada a programação monetária para o 1º trimestre. Páginas 2 e 3

Discussão da reforma administrativa entra hoje em seu terceiro dia, já com cinco emendas de plenário

## Aposentadoria especial de juiz fica prejudicada

O plenário considerou ontem preliminarmente prejudicados dois artigos da reforma administrativa que possibilitavam aposentadorias especiais para juizes. A decisão foi tomada no segundo dia de discussão da reforma administrativa e o plenário concordou com parecer do relator na CCJ, senador Romero Jucá (PFL-RR).

Romero Jucá propôs a prejudicialidade, aprovada pela CCJ, porque o Senado já decidiu, no segundo semestre do ano passado, ao votar a reforma da Previdência, que os juizes terão o mesmo tratamento que qualquer funcionário público quanto à aposentadoria. Ou seja, aos juizes também será aplicado o redutor de até 30% na remuneração quando pedirem aposentadoria. Além disso, nenhum juiz poderá receber salário maior do que um ministro do STF (R\$ 12.720,00).

A discussão da reforma administrativa entra hoje em seu terceiro dia, já com cinco emendas de plenário. Por causa das emendas, a proposta retornará à CCJ, onde o relator, Romero Jucá, dará parecer sobre elas. A matéria deve ser votada em primeiro turno no dia 11 de fevereiro.

A discussão sobre a prejudicialidade dos dois artigos começou com o presidente do Sena-

do, Antonio Carlos Magalhães, alertando que a decisão sobre juizes já tomada pela Casa teve boa repercussão pública. Além disso, frisou que a CCJ entendeu que os dois artigos estavam prejudicados e esse também era o seu entendimento.

O senador Eptácio Cafeteira (PPB-MA) lembrou que a reforma administrativa está em votação no Senado e a reforma da Previdência na Câmara e, assim, nenhuma

*Decisão que acaba com vantagens dos juizes foi bem recebida pela sociedade, lembra o presidente Antonio Carlos Magalhães*

das duas Casas pode considerar as matérias prejudicadas.

O senador Josaphat Marinho (PFL-BA) sustentou que o Senado não podia, baseado no seu Regimento Interno, declarar prejudicados artigos de emenda constitucional votada pela Câmara. Manifestou ainda entendimento de que "declarar prejudicialidade para excluir é recusar, é retirar do texto uma norma". Assim, disse, a declaração de prejudicialidade obrigaria a reforma administrativa a retornar à Câmara.

Roberto Freire (PPS-PE) opinou que os senadores deveriam suprimir em votação os dois artigos e,

ainda assim, a matéria não teria de voltar à Câmara. Jáder Barbalho (PA), líder do PMDB, alertou que a declaração de prejudicialidade desconhecia a decisão tomada pela Câmara e os deputados poderiam adotar o mesmo em relação às matérias votadas pelos senadores, "estabelecendo uma espécie de pingue-pongue".

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE), líder do Bloco Oposição, observou que a prejudicialidade não implicava que os senadores estavam desqualificando a decisão da Câmara, mas apenas reconhecendo que já decidiu esse assunto recentemente. Bernardo Cabral (PFL-

AM), presidente da CCJ, e Lúcio Alcântara (PSDB-CE) concordaram que os dois artigos fossem declarados prejudicados.

Ramez Tebet (PMDB-MS) ponderou que nem a Câmara votou a reforma da Previdência e nem o Senado a reforma administrativa, e as duas tratam das aposentadorias de juizes. Assim, prevalecerá a decisão da Casa que votar por último o assunto. Jucá disse que tomou a decisão baseado no Regimento, lembrando o apoio popular que a Casa obteve ao derrubar a possibilidade de aposentadorias especiais para juizes.

## Crédito viabiliza a recuperação de rodovias

O plenário do Senado aprovou ontem autorização para o governo federal realizar operação de crédito externo no valor de US\$ 300 milhões junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Os recursos serão aplicados no financiamento parcial do Programa de Restauração e Descentralização de Rodovias Federais.

Conforme destacou o senador José Agripino (PFL-RN) no parecer favorável apresentado à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o programa será coordenado e executado pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), e tem por objetivo transferir para os estados a jurisdição de 13 mil quilômetros de ro-



José Agripino: parecer favorável

dovias e restaurar aproximadamente 14 mil quilômetros, inclusive de rodovias que passarão à responsabilidade dos estados. Além disso, o programa visa conceder à iniciativa privada a exploração de 5 mil quilômetros de rodovias federais.

## Aprovada a programação monetária do 1º trimestre

A programação monetária para o primeiro trimestre de 1998, encaminhada ao Senado pelo Executivo, obteve ontem a aprovação do plenário do Senado. No entendimento do relator, senador Wilson Kleinübing (PFL-SC), a programação "é consistente com o quadro externo sombrio, a partir da crise asiática, que se demonstrou adversa à estabilidade e ao crescimento da economia".

Sem essa restrição imposta pelas economias asiáticas, que pode implicar novos movimentos especulativos, o relator avaliou que "a política poderia ser expansionista e viabilizar a redução das taxas de juros", pois haverá um aumento da oferta de moeda. Elaborada após as medidas fiscais e monetárias tomadas em outubro de 1997, a programação mo-



Kleinübing: proposta consistente netária estima que "a trajetória ascendente da produção industrial seja interrompida no início de 1998, quando os efeitos das medidas restritivas tendem a ser mais acentuados. Quanto à inflação, há uma expectativa de manutenção do padrão observado em 1997.

## Agenda do Dia

**PRESIDENTE**  
Senador Antonio Carlos Magalhães

**11h** - Recebe o chefe do Departamento Geral de Serviços do Ministério do Exército, general Luiz Gonzaga Schroeder Lessa

**15h30** - Preside Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal

**18h** - Recebe o presidente da Fenaseg, João Elisio Ferraz de Campos

### PLENÁRIO

**14h30** - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado  
Pauta: "PLS nº 219/95 - Complementar (tramita em conjunto com os PLSs nºs 7/95 e 53/97), que dispõe sobre o sigilo das operações de instituições financeiras"; "PLS nº 7/95 - Complementar (tramita em conjunto com os PLSs nºs 219/95 e 53/97), que dispõe sobre a obrigatoriedade da prestação de informações à Secretaria da Receita Federal, por parte das instituições financeiras, sociedades corretoras e assemelhadas que especifique"; "PLS nº 53/97 (tramita em conjunto com os PLSs nºs 219/95 e 7/95), que altera o art. 38 da Lei nº 4.595/64 e os arts. 18, 23 e 24 da Lei nº 7.492/86; "Substituto da Câmara ao PLS nº 101/96 - Complementar, que autoriza o Poder Executivo a criar a Região Administrativa Metropolitana do Distrito Federal e Entorno e a instituir o Fundo Complementar de Desen-

volvimento do Distrito Federal e Entorno, e terceiro dia de discussão em primeiro turno da "PEC nº 41/97, que modifica o regime e dispõe sobre princípios e normas da administração pública, servidores e agentes políticos, controle de despesas e finanças públicas, e custeio de atividades a cargo do Distrito Federal (reforma administrativa)

### COMISSÕES

**10h** - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: "PLC nº 1/98, que trata da criação e extinção de cargos no Instituto Nacional de Metrologia e no Instituto Nacional da Propriedade Industrial"; "PLC nº 2/98, que cria, transforma e extingue cargos e funções do quadro de pessoal da Secretaria do Supremo Tribunal Federal. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa

**10h** - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: Apreciação do "PLC nº 31/97, que revoga o parágrafo único do art. 442 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/43. Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa

**11h** - Reunião Conjunta das comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Assuntos Sociais e de Educação

Pauta: "PLC nº 78/97, que institui normas gerais sobre desporto (Lei Pelé). Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa

## JORNAL DO SENADO

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emilia Fernandes - Lúcio Coelho

Joel de Hollanda - Mariuço Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carneiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita  
Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios  
Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos  
Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

www.senado.gov.br

Com a mudança, os integrantes das Forças Armadas, das polícias militares e dos corpos de bombeiros serão desvinculados dos servidores civis, podendo, inclusive, ter reajustes de salários diferenciados

## Plenário aprova regime especial para militares

O plenário do Senado aprovou ontem, em segundo turno, a emenda constitucional que prevê regime funcional especial para os servidores militares. Com a mudança, os integrantes das Forças Armadas, das polícias militares e dos corpos de bombeiros serão desvinculados dos servidores civis, e poderão, inclusive, ter reajustes de salários diferenciados.

A emenda, que recebeu 60 votos favoráveis e seis contrários, confirma a militarização das PMs e dos bombeiros, os quais terão as mesmas prerrogativas do pessoal militar do Exército, da Marinha e da Aeronáutica. Ao encaminhar voto contra a emenda, o senador José Eduardo Dutra (PT-SE), líder do Bloco Oposição, reafirmou que essa militarização contraria o processo de democratização das



A emenda sobre os militares recebeu 60 votos favoráveis e seis contra. O plenário lotado garantiu quorum para a aprovação de diversas propostas policiais estaduais.

O tratamento diferenciado entre militares e servidores civis, de acordo com a emenda, será quanto a deveres, direitos e outras prerrogativas. Quando propuseram a mudança, os ministros militares e o ministro da Administração argumentaram que os militares não são servidores dos ministérios aos quais estão vinculados. "O perfil da profissão militar é a defesa da pátria,

tendo por isso peculiaridades inigualáveis com outras categorias", ponderaram.

A emenda foi relatada favoravelmente pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP), o qual destacou que a mudança "torna mais claras as especificidades da profissão castrense". Entre outras coisas, a alteração constitucional determina que nenhum militar em serviço ativo pode se filiar a partido político.

## Serviço voluntário vai à sanção presidencial

Por votação simbólica, o plenário do Senado aprovou ontem o projeto de lei da Câmara que define como serviço voluntário "a atividade não remunerada, prestada por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza, ou a instituição privada de fins não-lucrativos, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social".

Foram rejeitadas duas emendas de plenário, apresentadas por Benedita da Silva (PT-RJ) e José Eduardo Dutra, que obtiveram parecer favorável do relator, senador Sebastião Rocha (PDT-AP), de modo que o projeto vai à sanção presidencial.

Na proposta aprovada, o voluntariado não gera vínculo empregatício nem obrigação trabalhista, previdenciária ou afim, além de exigir a celebração de um termo de compromisso entre a entidade e o prestador do serviço. Para o relator, a definição de serviço voluntário do projeto é um avanço democrático, pois esse tipo de atividade envolve um duplo exercício de cidadania: do ponto de vista subjetivo, é atividade consciente e participativa; objetivamente, "caracteriza um compromisso com ações de caráter eventual ou permanente, com base num ideal ou causa".

Sebastião Rocha afirmou que várias entidades, de natureza e objetivos diferenciados, desenvolvem seus trabalhos com auxílio de voluntários. E citou entidades de assistência à saúde, como a Liga Feminina de Combate ao Câncer, de pesquisa científica (Fundação Jacques Cousteau),

de reabilitação e inserção profissional (Sociedade Pestalozzi, APAEs e Pequeno Cidadão), de luta pelos direitos humanos (Anistia Internacional), de defesa do meio ambiente (Greenpeace), de estímulo à vida associativa (Rotary Club Internacional) e de prestação de serviços jurídicos (Juizado de Pequenas Causas).

Segundo o senador Pedro Simon (PMDB-RS), há cerca de 1 milhão de pessoas envolvidas em trabalho voluntário no país, número que pode crescer ainda mais com a aprovação do projeto. Como frisou seu autor, o deputado Paulo Bornhausen

*Pelo texto aprovado, o voluntariado não gera vínculo empregatício nem obrigação trabalhista*

(PFL-SC), "indivíduos se comprometem, por vezes até mesmo mediante votos religiosos, a exercer uma determinada atividade e, posteriormente, por razões as mais variadas, movem ações trabalhistas" contra as entidades para a qual trabalharam.

O senador Hugo Napoleão (PFL-PI) considerou o projeto "embasado nas melhores normas de civilidade e ética" e também destacou sua importância para o trabalho desenvolvido, por exemplo, pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que conta com mais de 80 mil voluntários em suas várias pastorais.



ACM: satisfação com o desempenho na convocação

## Decisões projetam imagem do Senado, garante ACM

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, afirmou que as votações de ontem reforçaram a imagem da Casa perante a opinião pública. "O Senado tem agido com prudência, competência e habilidade, e se projeta como instituição que defende os direitos do povo brasileiro", disse.

Antonio Carlos esclareceu que o regime especial para a carreira militar justifica-se porque esta apresenta especificidades que não existem em nenhuma outra, mas ressaltou que isto não implica dar privilégios sobre os vencimentos percebidos.

O senador reafirmou sua sa-

tisfação com o desempenho do Senado nesta convocação extraordinária, frisando que os resultados alcançados tornaram os senadores dignos dos votos que os elegeram, e previu a votação do primeiro turno da emenda da reforma administrativa para o dia 10 de fevereiro.

O presidente da Casa disse ter certeza de que o texto da reforma administrativa não voltará à Câmara, conforme garantia dada por juristas consultados. Observou que, "se voltasse, estaríamos com a boa causa, defendendo a moralidade, pois a moralidade já é apanágio do Senado", e desmentiu rivalidade com o presidente da Câmara:

- Não adianta tentar intrigar, eu e o Michel Temer temos muito boas relações. A Câmara trabalha ativamente. Estamos muito bem, e não deixaremos que interfiram aqueles que querem desagregar o Poder Legislativo - enfatizou.

O presidente previu a votação, ainda no período extraordinário, da Lei Pelé, cuja tramitação está sendo acelerada com a reunião conjunta das comissões de Educação, Assuntos Econômicos e Constituição, Justiça e Cidadania.

- A Lei Pelé será votada na convocação, embora tenha alguns problemas, mas eu acho que ficar sem lei é pior do que votá-la com algum erro - opinou.

*Limitação dos prazos não implica examinar as reformas propostas pelo Executivo de maneira apressada, segundo o senador. Para ele, o Legislativo tem cumprido seu papel*

## Ronaldo: Senado não é refém da pressa

O senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) afirmou ontem que "o Senado se sujeita à limitação dos prazos, mas não pode ficar refém da pressa", ao esclarecer que o Congresso não errará se reformar, quando necessário, uma proposta de emenda constitucional encaminhada pelo Poder Executivo.

Ele disse que o Legislativo tem ajudado ao governo federal na busca de um novo perfil para o Estado brasileiro e vai continuar ajudando sem, no entanto, abrir mão de sua competência. Ron-



Ronaldo: colaboração entre poderes

do comentou que o Senado tem respeitado os prazos, tem sido diligente e não tem faltado ao presidente da República, destacan-

do que 12 emendas constitucionais foram aprovadas nos últimos três anos.

- Foram reformas profundas e substanciais, desde a reeleição até as que cuidam da modernização do Estado - observou.

Ronaldo Cunha Lima assinalou que, na sua opinião, "emendar uma proposta de emenda constitucional é uma forma de colaboração do Legislativo para com o Executivo. E acrescentou: "As reformas são necessárias e urgentes, mas a necessidade das reformas não retira a necessidade do

debate. A celeridade que se reclama pode até limitar prazos, mas nunca encurtar prerrogativas".

O senador disse ainda que o Senado não poderá ser acusado de retardar as reformas, até porque das 12 emendas promulgadas em nenhuma delas foi alterado o texto aprovado pela Câmara para evitar o adiamento de sua promulgação. "Se em algum caso houve retardamento, não se deve ao Senado, mas à demora do envio a esta Casa das leis complementares e reguladoras", completou.



Jonas: 40 mil serão beneficiados

## Jonas destaca acordo com agricultor

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) destacou ontem o acordo firmado entre as entidades do setor agrícola e órgãos do governo federal que, conforme disse, viabilizará a renegociação das dívidas oriundas de operações de crédito rural acima de R\$ 200 mil e aquelas que, mesmo abaixo desse valor, não tenham sido "securitizadas".

O acordo atenderá a cerca de 40 mil produtores rurais, informou Jonas Pinheiro, também participante da negociação, que reuniu entidades representativas do setor agrícola, a Frente Parlamentar da Agricultura, os Ministérios da Agricultura e da Fazenda, o Banco Central e o Banco do Brasil.

- São renegociáveis todas as dívidas vencidas e por vencer, referentes às operações contratadas até 20 de junho de 1995, que sejam comprovadamente de origem rural, mesmo que já tenham sido renegociadas com outra modalidade e que não tenham sido securitizadas - acrescentou.

Jonas Pinheiro esclareceu que "a sistemática acordada dispõe que os devedores adquiram, com deságio, títulos do Tesouro Nacional, em valor igual ao da sua dívida atualizada, os quais serão cedidos ao agente financeiro, com prazo de vencimento de 20 anos. Assim, esses títulos poderão ser adquiridos por 10,37% do seu valor de face, ou seja, do valor da dívida apurado".

## Plenário vota hoje sigilo bancário

O plenário do Senado vota hoje o substitutivo do senador Jefferson Pêres (PSDB-AM) ao projeto de lei de autoria do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que modifica as normas sobre o sigilo bancário no Brasil. O substitutivo foi aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) no último dia 21.

Pela nova lei, o Banco Central e outras instituições financeiras serão obrigados a fornecer informações bancárias sigilosas a entidades como o Tribunal de Contas da União (TCU), às assembleias legislativas, às câmaras de vereadores e tribunais de contas estaduais, sempre que forem solicitados.

À Receita Federal também deverão ser encaminhadas informações sigilosas, independente de inquérito fiscal, dispõe ainda o projeto.

### REGIÃO INTEGRADA

Outra matéria na agenda de hoje do plenário é o substitutivo do senador Lúcio Alcântara ao projeto da Câmara que autoriza a criação da Região Integrada de Desenvolvimento do DF e Entorno (Ride). O projeto tem a autoria dos senadores José Roberto Arruda (PSDB-DF) e Iris Rezende, que atualmente ocupa o cargo de ministro da Justiça.

A região integrada de que trata o projeto será constituída pelo Distrito Federal e pelos municípios de Águas Lindas, Alexânia, Cidade Ocidental, Formosa, Luziânia, Novo Gama, Padre Bernardo, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto e Valparaíso, no estado de Goiás; e de Unaf e Cabeceira Grande, em Minas Gerais.

## Embaixador na Bulgária aprovado na CRE

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), em reunião presidida pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP), aprovou na tarde de ontem mensagem do Executivo indicando o nome do diplomata Carlos Alberto Pessoa Pardellas para o cargo de embaixador do Brasil junto à Bulgária.

O parecer oferecido à matéria pelo senador Humberto Lucena (PMDB-PB) foi lido pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM), que antecipou seu voto favorável à indicação.

Após um breve pronunciamento, o diplomata foi argüido pelos senadores da



Senadores na reunião que aprovou o novo embaixador na Bulgária

comissão, que, em votação secreta, aprovaram a mensagem. Participaram ainda do debate a senadora Benedita da Silva (PT-RJ) e os senadores José Agripino (PFL-

RN), Hugo Napoleão (PFL-PI), Bello Parga (PFL-MA) e Joel de Hollanda (PFL-PE). A indicação será apreciada ainda pelo plenário do Senado.

## Waldeck aplaude anúncio de plano agrícola do Nordeste na sede da Sudene

O senador Waldeck Ornelas (PFL-BA) elogiou ontem a iniciativa do ministro da Agricultura, Arlindo Porto, que juntamente com o vice-presidente, Marco Maciel, anunciou na sede da Sudene, em Recife, o Plano de Safra para o Nordeste, com cerca de R\$ 1 bilhão em recursos disponíveis nos próximos três meses. O senador sugeriu que outros ministros também adotem a orientação de elaborar planos específicos para a região.

O local escolhido para o lançamento foi considerado "significativo" por Waldeck Ornelas, pois "retomou a prática salutar de autoridades federais anunciarem na



Waldeck: apelo à Embrapa

Sudene planos para a região". Quanto ao plano, ele salientou que o seguro do Proagro "só vai cobrir a produção no âmbito do Pronaf (Programa Nacional de Agricultura Familiar) e daqueles produtores que se encontrem

dentro da área do zoneamento agrícola". Isso implica, conforme exemplificou, que o plantio de arroz irrigado em toda a região terá cobertura do Proagro. Já a produção de feijão sequeiro só será coberta pelo Proagro no sudoeste do estado da Bahia, prejudicando outras áreas produtivas do estado.

- A Embrapa precisa acelerar o zoneamento agrícola do Nordeste, de modo que os produtores possam ter acesso ao Proagro reivindicou.

Waldeck Ornelas também propôs que o Banco do Brasil volte a operar com financiamento agrícola na região.

## Clássico de Humberto Mauro às 12h

A *Velha a Fiar*, uma produção de 1964 do cineasta Humberto Mauro, é um dos quatro curtas-metragens que serão apresentados hoje, às 12h, dentro da programação do projeto Cultura ao Meio-Dia. Essa película, composta de música folclórica, tem a duração de seis minutos.

*Ao comentar a apreciação pela Câmara do projeto que institui novo código para a área, senadora garante que governo pretende retirar da legislação artigos que prevêem punição para crimes relacionados a desmatamentos*

## Benedita vê manobra na nova lei ambiental

O governo pretende retirar do Código Ambiental Brasileiro justamente os artigos que prevêem punição para os crimes cometidos em relação ao desmatamento, afirmou ontem a senadora Benedita da Silva (PT-RJ), ao comentar a apreciação pela Câmara dos Deputados do projeto que institui aquele código. Para a senadora, a legislação não pode ser prejudicada para

atender a interesse particular, como o dos madeireiros.

Benedita da Silva também considera que "o governo está querendo tapar o sol com a peneira" quando anuncia a criação de novas áreas de proteção ambiental. O objetivo, segundo ela, é apenas amenizar o impacto do aumento do desmatamento registrado na Amazônia pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

(Inpe). A senadora acrescentou que foi justamente nesse governo que ocorreu um acréscimo do processo de devastação, cuja destruição vai do Acre ao Maranhão.

Ela destacou ainda matérias publicadas ontem pela grande imprensa sobre o desmatamento no país, especificamente artigos de *O Globo* e do *Correio Braziliense*. A senadora disse que, segundo



Benedita: o governo está querendo tapar o sol com a peneira criando novas áreas

esse jornal, "a destruição da Floresta Amazônica pela ação do homem é muito maior do

que apontam os números do Inpe, podendo chegar ao dobro".

## Brasil tem vocação para o crescimento, garante José Serra

O senador José Serra (PSDB-SP) contestou ontem economistas americanos que classificaram como anomalia o brilhante desenvolvimento econômico brasileiro nas décadas de 60 e 70. "O declínio posterior, nos anos 80, é que constituiu anomalia neste século", afirmou, sustentando que a origem do atraso econômico brasileiro está no século passado.

Serra explicou que, entre 1800 e 1913, o PIB por habitante no Brasil permaneceu o mesmo, enquanto nos Estados Unidos, no mesmo período, a renda por habitante crescia seis vezes. Ele afirmou que, no começo do século XIX, Estados Unidos e Brasil tinham o mesmo PIB por habitante, acrescentando que foi particularmente no Império que se gerou o atraso brasileiro.

Segundo o senador, a estagnação econômica não se

distribuiu igualmente pelo Brasil, concentrando-se mais no Nordeste. Na análise de Serra, no século XX o desempenho econômico brasileiro é brilhante, tendo o país crescido proporcionalmente mais que alguns países desenvolvidos, sobretudo se desmontarmos o crescimento demográfico contínuo.

Serra afirmou que eliminar a espiral inflacionária foi uma conquista extraordinária do povo brasileiro, daí por que em 1994 o país retomou sua trajetória de crescimento. O senador reconheceu a atual inércia econômica, mas explicou que, ausente a inflação, esse freio agora se deve ao setor externo. Para Serra, a retomada do ritmo histórico de crescimento brasileiro vai exigir acertos no setor externo. Mas ele advertiu que "corrigir o câmbio agora é cometer um erro ao quadrado".



Serra: corrigir o câmbio agora é cometer um erro ao quadrado



Marluce: emergência nas cidades

## Marluce Pinto pede ajuda para seca em RR

A senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) afirmou ontem que Roraima está na pior situação de todos os tempos, em decorrência da seca que vitima o estado. "A seca está devastando as cidades, e os prefeitos da capital e do interior estão decretando estado de emergência", disse.

Ela informou que relatou esses fatos ao ministro extraordinário de Políticas Regionais, Fernando Catão, a quem pediu providências urgentes para salvar, ao menos parcialmente, o gado de Roraima. Marluce Pinto contou ter visitado de sexta-feira até segunda-feira localidades atingidas pela seca, ficando espantada com a escassez de água nos poços.

Marluce reconheceu que o governo do estado não tomou providências preventivas para evitar que a situação chegasse onde chegou. Em sua opinião, se as autoridades competentes não agirem agora com celeridade, muitas pessoas vão adoecer e até morrer. Na presidência da Mesa, Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) prometeu as providências previstas no Regimento do Senado.

## Marina: política não enfatiza preservação

A senadora Marina Silva (PT-AC) afirmou ontem que o governo não tem adotado na Amazônia uma política de desenvolvimento compatível com sua preservação, ao comentar o relatório do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) sobre a devastação na Amazônia Legal.

Ela lamentou que, das 13 medidas de proteção ambiental anunciadas pelo governo, apenas duas serão encaminhadas imediatamente: implantação de programas de florestas nacionais e proteção de 100% de áreas da Amazônia.

Marina disse que os cientistas do instituto "estão de parabéns", e que se algo existe para ser comemorado é o trabalho desses especialistas. A senadora destacou que, dispo de recursos insuficientes e pressionados pelo tempo, eles conseguiram realizar a tarefa de análise de 229 imagens de satélite que mostram a devastação da Amazônia em 95 e 96.

De acordo com o informe do Inpe, o ano de 95 foi recorde na devastação da Floresta Amazônica, tendo sido destruídos 29.054 km<sup>2</sup> de florestas. Em 96, a devastação atingiu 18.170 km<sup>2</sup>. "No governo Collor tivemos a devastação de 12.062 km<sup>2</sup> e, no de Itamar Franco, de 14.896 km<sup>2</sup>. No atual governo estamos apresentando para o mundo e para a sociedade uma cifra de 23.600 km<sup>2</sup>", lamentou.

A senadora comentou matérias publicadas ontem por alguns jornais sobre a redução da Floresta Amazônica, para afirmar

que "não é insignificante o número revelado de que no atual governo houve uma devastação equivalente a 11% do total desmatado desde o descobrimento do Brasil". O jornal *Folha de S. Paulo* informou que nos últimos dois anos devastou-se uma área equivalente ao Espírito Santo e *O Globo* publicou que a área devastada che-



Marina: parabéns ao Inpe

ga a 60.257 km<sup>2</sup>, o equivalente a uma Suíça e meia. Marina ressaltou, porém, o caráter preliminar de suas observações, tendo em vista que esta é a primeira vez que estão sendo colhidos dados referentes a 100% do território da Amazônia.

Em aparte, o senador Eranides Amorim (PPB-RO) discordou da análise apresentada pela senadora Marina Silva, ponderando que os dados divulgados pelo Inpe revelam uma redução da área devastada nos últimos anos. Ele lamentou, contudo, que as denúncias feitas contra a atuação das madeireiras asiáticas na região "ainda não repercutiram no governo federal".

*Emissora sem dono, que terá como objetivo discutir problemas e cultura da comunidade - assim será o modelo do serviço de radiodifusão definido pela Comissão de Educação*

## CE aprova rádios comunitárias

A Comissão de Educação (CE), presidida pelo senador Artur da Távola (PSDB-RJ), aprovou ontem, por unanimidade e sem emendas, parecer favorável do senador Sérgio Machado (PSDB-CE) ao projeto de lei da Câmara que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária. A característica essencial dessas rádios, segundo o relator, "é que elas não terão donos, pertencerão à comunidade e terão como objetivo discutir seus problemas e sua cultura, de maneira plural". O projeto vai agora a plenário.

Para Machado, além do seu caráter não comercial, conforme o texto aprovado, a rádio comunitária não poderá pertencer a nenhum grupo, devendo estar limitada aos interesses da comunidade a que se restringe. Esse foi o argumento apresentado pelo relator para rejeitar propostas que pretendiam ampliar a potência e o alcance de transmissão, estabelecidos em 25 watts ERP e altura do sistema irradiante de até 30 metros.

Benedita da Silva, autora de oito emendas, manifestou sua discordância quanto ao pequeno alcance permitido para as rádios, bem como a proibição do exercício de qualquer tipo de proselitismo por meio delas, seja



A Comissão de Educação, presidida pelo senador Artur da Távola (ao centro), aprovou o texto sem emendas

de político ou religioso. A senadora notou que, na condição de ex-moradora de uma favela e conhecendo bem o quadro de outras favelas como Rocinha, Jacarezinho e Mangueira, se sentia na obrigação de questionar essas proibições.

- Se as rádios devem estar voltadas para o bem-estar da comunidade, elas devem ser competitivas do ponto de vista da informação. Defendo a possibilidade de as comunidades trocarem suas experiências, por isso sou a favor da formação de cadeias, ao

passo que, com o presente projeto, o que vamos ter é a regulamentação de grandes serviços de alto-falantes - protestou Benedita, que fez apelo no sentido de que não sejam fechadas as emissoras atualmente em funcionamento, caso o projeto venha a ser sancionado.

Para o relator, a formação de cadeias é mais apropriada para a discussão de questões gerais e não específicas. Quanto à possibilidade de fechamento, Machado esclareceu que "isso dependerá daquelas rádios se enqua-

drarem ou não no espírito da nova legislação, que será regulamentada pelo Executivo no prazo de 120 dias a contar da sua publicação.

No que diz respeito ao termo "comunitária", o senador Lauro Campos (PT-DF) pediu uma definição sobre ele. Em resposta, o presidente da comissão afirmou que "o conceito está definido pela potência das mesmas" e defendeu regulamentação "exigente nesse sentido".

Para o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), a principal virtude do projeto está em contribuir para a democratização dos meios de comunicação. Como exemplo, o senador lembrou episódio ocorrido com um deputado do seu estado:

- Durante o recesso parlamentar, o deputado estava visitando uma região agrícola do Ceará, quando encontrou um lavrador escutando *A Voz do Brasil*.

- Por que é que o senhor nunca fala nesse programa, deputado? - perguntou o agricultor.

- Porque briguei com o dono dele - respondeu o deputado, ao que o outro acrescentou:

- Pois eu acho bom o senhor fazer as pazes, senão por aqui ninguém vai ficar sabendo o que o senhor anda fazendo por lá!

O senador Joel de Hollanda (PFL-PE) concordou. Para ele, no mundo da informática em que vivemos, quem não dispuser de informações estará à margem do processo social.

## Távola lembra aniversário da Rádio Senado

O senador Artur da Távola (PSDB-RJ) registrou ontem o primeiro aniversário da Rádio Senado, apontando seu profundo alcance em fornecer à sociedade a informação direta, e não apenas o relato por mediação, característico das outras emissoras. Referiu-se à transmissão direta das reuniões do plenário e das comissões, feita pela emissora sem prejuízo da informação também difundida por locutores.

Lembrando que a Rádio e a TV Senado foram inauguradas pelo senador José Sarney e impulsionadas pela Mesa que o sucedeu, Artur da Távola enalteceu a veiculação que permite a relação direta dos políticos com a população e afirmou que esses dois veículos de comunicação permitem ao público analisar a qualidade dos debates realizados na Casa.

Távola disse que a Rádio Senado exerce um papel único em Brasília, visto que, paralelamente à transmissão das sessões, construiu uma programação cultural, dando predominância à música brasileira, o que resultou em significativa audiência. Cumprimentou a direção e todos os funcionários, informando que atualmente mais de 60 emissoras retransmitem programas da rádio. Ele pregou a necessidade de não se imporem redes nem cadeias de rádio à população, mas fornecer elementos para que o povo possa contar também com um serviço estatal.

O senador cumprimentou Fernando César Mesquita, diretor de Comunicação Social do Senado, "por ter engendrado uma TV e uma rádio com tão valiosas qualidades".



Távola: informação direta

## Comissões analisam hoje a Lei Pelé

As comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), de Assuntos Sociais (CAS) e de Educação (CE) reúnem-se hoje, às 11h, para apreciar a chamada Lei Pelé. O projeto propõe o fim do instituto do passe na legislação desportiva nacional e aplica aos atletas profissionais a legislação trabalhista e de seguridade social válida para todos os outros trabalhadores.

A medida determina que qualquer cessão ou transferência de atleta profissional, na vigência do contrato de trabalho, dependerá da concordância do atleta. Hoje, o atleta profissional não é livre para escolher o seu empregador nem para assinar contrato de trabalho sem a expressa autorização do

dono de seu passe, mesmo que o contrato já tenha expirado. Pela lei em vigor, ele é objeto de negociação comercial e até de penhora judicial.

Segundo o projeto, a atividade do atleta profissional se caracterizará por remuneração pactuada em contrato formal de trabalho, com cláusula penal para as hipóteses de descumprimento. A entidade desportiva formadora do atleta terá o direito de assinar com ele o primeiro contrato profissional, que não poderá ter prazo superior a dois anos. O vínculo se dissolve com o término do contrato.

O relator do projeto na CCJ é o senador Leomar Quintanilha (PPB-TO), que também foi o autor do requerimento de análise

da matéria pelas três comissões. Os relatores nas comissões de Assuntos Sociais e de Educação são a senadora Benedita da Silva (PT-RJ) e o presidente da CE, senador Artur da Távola (PSDB-RJ), respectivamente.

### COOPERATIVAS

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS), presidida pelo senador Ademir Andrade (PSB-PA), analisa hoje, às 10h, projeto de lei da Câmara que revoga dispositivo da CLT que determina a inexistência de vínculo empregatício entre as cooperativas e seus associados. A matéria tem parecer favorável do relator, senador Jonas Pinheiro (PFL-MT). Na semana passada, a comissão concedeu pedido de vistas ao senador Beni Veras (PSDB-CE).

## Palmeira: assalariados pagam mais impostos

"Os assalariados pagam mais e as empresas pagam menos a cada ano que passa", disse ontem o senador Guilherme Palmeira (PFL-AL), ao relatar os dados da arrecadação federal em 1997, mais um recorde na história econômica do país. Ele afirmou que o crescimento real da receita foi de 9,77% acima da inflação, o que significa que "o poder público se apropria a cada ano de uma parcela cada vez maior dos rendimentos privados".

Conforme Palmeira, os assalariados responderam em 1997 com R\$ 1 bilhão a mais que no ano anterior, contribuindo com R\$ 15,7 bilhões, enquanto a arrecadação das pessoas jurídicas foi de apenas R\$ 13,1 bilhões. "Essa parcela de maior extração fiscal, lamentavelmente, incide cada vez mais sobre os rendimentos do trabalho, e cada vez menos sobre os rendimentos do capital", disse.

O senador afirmou que a carga tributária vai ser ainda maior em 1998, visto que as últimas medidas econômicas aumentaram em 10% a tributação sobre os salários e em 50% a tributação sobre as aplicações financeiras. Em sua opinião, "tudo isso mostra como é urgente e inadiável a reforma tributária, pois a remessa de lucros é taxada com 25% de imposto de renda, enquanto a reinversão dos lucros sofre um gravame de 35%". Guilherme Palmeira chamou a atenção da Casa "para esses números dramáticos", dizendo esperar que o Executivo e o Legislativo unam esforços para pôr fim a essa injustiça fiscal.



Palmeira: menos tributos

Governos são acusados de matricular alunos fantasmas na rede oficial de ensino para receber mais verbas federais

## Suplicy cobra explicação sobre fundo da educação

Foi enviado à Mesa requerimento de autoria do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) solicitando ao ministro da Educação cópias das auditorias realizadas pelo Instituto Nacional de Estatística e Pesquisa (Inep) sobre o número de alunos matriculados no ensino fundamental nos estados do Ceará, Maranhão e Mato Grosso.

Ao justificar seu requerimento, o senador observou que tomou como base informação divulgada pela *Folha de S. Paulo* em 22 de janeiro dando conta de que auditorias promovidas pelo MEC, por meio do Instituto Nacional de Estatística e Pesquisa (Inep), comprovaram a existência de 84 mil



Suplicy: Ceará recebeu R\$ 1,6 milhão indevidamente

matrículas fantasmas nesses três estados. Segundo Suplicy, no caso do Ceará, por exemplo, as supostas matrículas fantasmas propiciariam ao governo do estado o recebimento de mais de R\$ 1,6 milhão do Fun-

do de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundão), num momento, esclareceu, em que o governo federal apregoa carência de recursos.

## Jucá quer saber qual a dívida de Roraima

Com o objetivo de conhecer a real situação financeira do seu estado, o senador Romero Jucá (PFL-RR) enviou à Mesa requerimento de informações no qual solicita à Secretaria do Tesouro esclarecimentos sobre o total da dívida do estado de Roraima e o detalhamento, ano a ano, do perfil da dívida do estado a partir de 1991.

Para o senador, o estado de Roraima não pode estar classificado em décimo quarto lugar entre os estados

mais endividados do país, conforme matéria publicada pelo jornal *Folha de S. Paulo* em 11 de janeiro último.

Jucá anunciou, também ontem, que encaminhará ofício ao Ministério da Justiça e à Polícia Federal solicitando medidas que garantam "segurança e proteção" para o prefeito de Normandia, Vicente Adolfo Brasil, que estaria correndo risco de vida por ter se filiado à oposição, em detrimento do partido do governador de Roraima.



Jucá pede números detalhados

## Cabral registra pesar pela morte do jornalista e escritor Genival Rabelo

O plenário do Senado aprovou ontem a inscrição, nos Anais da Casa, de voto de pesar pelo falecimento do jornalista potiguar Genival Rabelo e o envio de condolências à família. A iniciativa do requerimento foi do senador Bernardo Cabral (PFL-AM).

Genival Rabelo foi colaborador da *Tribuna da Imprensa* e autor de uma série de livros, entre os quais o senador destacou *Ocupação da Amazônia*, "em que o autor registrou o quanto a região estava submetida à cobiça internacional". Algumas das outras obras do

jornalista, publicadas a partir de 1953, foram *Capital Estrangeiro na Imprensa Brasileira*, *No Outro Lado do Mundo*, *Cartilha do Dólar*, *A Batalha da Opinião Pública*, *Visão de Futuro e Brasil*, *País das Oportunidades Perdidas*.

PROGRAMAÇÃO

### TV SENADO

- 7h - Entrevista com o senador Levy Dias (PMDB-MS) sobre o novo código de trânsito
  - 8h - Debate com o senador Lauro Campos (PT-DF) e Milton Marques sobre a crise asiática
  - 9h30 - Entrevista com o senador Levy Dias
  - 10h - Comissão de Constituição e Justiça - apreciação de projetos de lei (vivo)
  - 11h - Sessão conjunta da Comissão de Constituição e Justiça, Comissão de Assuntos Sociais e Comissão de Educação - discussão do projeto de lei que institui as normas gerais dos esportes - Lei Pelé (vivo)
  - 14h30 - Sessão plenária deliberativa (vivo)
  - Logo após - Comissão de Assuntos Sociais - discussão sobre o vínculo empregatício em cooperativas de trabalhadores
  - 20h30 - Telejornal "Congresso Hoje"
  - 20h40 - "Senado em Pauta"
  - 21h - Sessão plenária (reapresentação)
  - 0h30 - Telejornal "Congresso Hoje"
  - 0h40 - "Senado em Pauta"
  - 1h - Debate com o senador Lauro Campos e Milton Marques
  - 2h - "Jornal da Amazônia"
  - 2h15 - "Senado em Pauta"
  - 2h30 - Sessão plenária (reapresentação)
  - 6h30 - Telejornal "Congresso Hoje"
  - 6h40 - "Senado em Pauta"
- Obs.: Durante a programação serão transmitidos flashes de reportagens, institucionais, especiais e o programa "Fala Cidadão"

### RÁDIO SENADO

- 7h30 - "Jornal do Senado" (1ª edição)
- 7h40 - Música e informação
- 10h - Reunião da Comissão de Constituição e Justiça
- 11h - Reunião conjunta (CCJ, CAS e CE)
- Em seguida - Música e informação
- 13h30 - "Jornal do Senado" (2ª edição)
- 13h45 - Música e informação
- 14h15 - "Plenário em Revista"
- 14h30 - Sessão plenária
- Em seguida - Música e informação
- 19h - "A Voz do Brasil"
- 20h - Música e informação
- 22h30 - "Jornal do Senado" (3ª edição)
- 22h45 - Música e informação
- 0h - Retransmissão da sessão plenária
- 4h - Música e informação até as 7h30

*Estados onde não havia tráfico organizado, como a Paraíba, começam a preocupar; segundo o senador, que defende ação mais enérgica da Polícia Federal no Nordeste*

## Suassuna denuncia "máfia da maconha"

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) pediu ontem providências ao governo federal para combater a ação de "gangues de assaltantes", segundo ele, ligadas ao plantio de maconha em várias áreas de estados do Nordeste, que estão aterrorizando as autoridades e os moradores. Suassuna disse que, armadas com metralhadoras do tipo AR-15 e outros armamentos pesados, essas quadrilhas vêm praticando grande violência contra os habitantes do chamado Polígono das Secas, especialmente em assaltos nas estradas que atravessam vários estados nordestinos.

Ele afirmou que os criminosos, "que hoje plantam maco-



Suassuna: habitantes aterrorizados

nha irrigada e têm ligações com todo o país", estão invadindo estados "onde não se tinha conhecimento desse comércio, como a Paraíba".

- Monstros estão sendo criados e as polícias estaduais não têm condições de combater esse tipo de crime - afirmou

Ney Suassuna, destacando ainda que muitos carros particulares, caminhões e ônibus têm trafegado em comboios guardados pelas polícias estaduais para inibir a ação desses criminosos.

Em aparte, o senador Carlos Wilson (PSDB-PE) disse que a violência no sertão nordestino vem se alastrando porque, além de formar uma máfia, os plantadores de maconha possuem armamentos modernos, em contraste com os instrumentos usados pelas polícias estaduais. Ele pediu que o Banco do Nordeste do Brasil e o BNDES fiscalizem as aplicações dos seus recursos em áreas passíveis de atuação das chamadas quadrilhas da maconha irrigada.

O senador Odacir Soares (PFL-RO) defendeu o fortalecimento da Polícia Federal no combate à ação dos plantadores de maconha no Nordeste. O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) ressaltou que a violência vem recrudescendo em todo o país. O senador Romeu Tuma (PFL-SP) pediu uma política de desenvolvimento para a área conhecida como região da maconha, com revisão da política de investimentos do governo. E lamentou que os plantadores tenham irrigação artificial para seu plantio, muitas vezes financiadas com propostas para outros cultivos, enquanto os sertanejos não dispõem de água para plantar e garantir sua subsistência.

## Cabral recebe integrantes do Parlamento Amazônico

A busca de uma maior integração entre os países sul-americanos que formam o Parlamento Amazônico é o objetivo da visita que o deputado boliviano Emiglio Flores Calpiñero, presidente do Parlamento Amazônico, com sede em La Paz, fez ao senador Bernardo Cabral (PFL-AM) ontem pela manhã.

Calpiñero esteve no gabinete do senador amazonense juntamente com uma delegação da Venezuela, composta pelo diretor-geral do Senado daquele país, Francisco Cardona, e pelo diretor de relações interparlamentares, Alejandro Martines. Acompanham também a comitiva os embaixadores Milos Alcalay, da Venezuela, e Hector Luna Bueno, da Bolívia.

O Parlamento Amazônico tem como membros Brasil, Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Suriname e Guiana, que mantêm um tratado de cooperação, no âmbito do Poder Executivo, há mais de 20 anos, conforme explicou o presidente da instituição.

Calpiñero falou da importância de projetos bilaterais que vêm

sendo desenvolvidos na região, tais como o de integração energética entre Brasil e Bolívia, o de abertura de novas estradas, entre o Brasil e a Venezuela, e a integração através de comitês de fronteira.

Outro objetivo da visita foi o de convidar Bernardo Cabral para que compareça à próxima assembleia ordinária do Parlamento Amazônico, que irá ocorrer em La Paz, no mês de março.

À tarde, a comitiva foi recebida pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP), presidente interino da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), quando o presidente do Parlamento Amazônico falou de meio ambiente, ecologia e biodiversidade.

Tuma recebeu dos visitantes um boneco do "Deus Andino", que representa a abundância, e disse de sua preocupação com a região amazônica, enfatizando que "hoje os olhos do mundo se voltam para a Amazônia e esta tem lugar cativo no coração dos brasileiros". Para o senador, a integração multinacional para a preservação da Amazônia é algo imprescindível.



Agaciel Maia (E) explica o funcionamento do Senado aos venezuelanos

## Visitantes querem estudar o modelo do Senado brasileiro

O diretor-geral do Senado, Agaciel Maia, recebeu ontem uma delegação da Venezuela, integrada pelo embaixador no Brasil, Milos Alcalay, pelo diretor-geral da administração do Congresso, Francisco Cardona, e pelo diretor de relações interparlamentares daquele Legislativo e secretário-executivo do Parlamento Amazônico, Alejandro Martines, que vieram conhecer o funcionamento do Senado brasileiro. Em menos de duas semanas, esta é a segunda delegação de um país da América do Sul - a outra foi do Uruguai - a visitar o Senado, que se está tomando, segundo Agaciel Maia, uma estrutura-

modelo para os países vizinhos:

- Os Senados argentino, uruguaio, colombiano e venezuelano, todos estão interessados em adaptar-se ao projeto de desenvolvimento do Senado brasileiro - disse.

Agaciel Maia afirmou que despertam muito interesse nas delegações estrangeiras o Instituto Legislativo Brasileiro, a Secretaria de Comunicação Social e a informatização do Senado - especialmente os programas que controlam toda a parte administrativa, permitindo a um diretor, por exemplo, acompanhar o funcionamento da Casa, a execução orçamentária e financeira.

## Suplicy critica senador biônico criado no Chile

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) definiu ontem como "esdrúxula figura" a instituição do senador biônico, criada pelo regime militar do Chile para contemplar pessoas não eleitas diretamente pelo povo, entre elas ex-presidentes que cumpriram um mandato de seis anos de forma contínua.

No mesmo discurso, ele apontou impropriedade da iniciativa que tramita na Câmara dos Deputados para transformar em senadores vitalícios os ex-presidentes brasileiros, e defendeu que o Brasil realize eleições diretas não só para senadores, mas também para seus suplentes.

- Expressamos nossa solidariedade à luta do povo e à maioria dos deputados federais chilenos, bem como ao próprio presidente Eduardo Frei, todos empenhados em acabar com essa grave anomalia criada pelo regime militar - assinalou.

Conforme Suplicy, o regime militar chileno criou as figuras dos senadores designados e dos senadores vitalícios. Mas a invenção é tão esdrúxula que o ex-presidente Patricio Aylwin, que completou apenas quatro anos de mandato, embora eleito diretamente pelo povo, não tem o direito de ser senador vitalício. Com isso, atualmente apenas uma pessoa pode ocupar esse cargo - "exatamente aquele que liderou o golpe militar que derrubou o ex-presidente Salvador Allende".

O senador referiu-se ao ex-presidente e ainda comandante-em-chefe do Exército, General Augusto Pinochet. Segundo Suplicy, o ex-ditador anunciou que deixará seu atual posto em 10 de março próximo, e a previsão é de que assumirá o posto de senador vitalício em 11 de março.

O senador informou que, em consequência disso, desencadeou-se no Chile um forte movimento popular para que não haja mais senadores designados ou vitalícios.